

MARÇO 2018

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

Federação Nacional
da Educação



P.18 À P.21 - O ENSINO E FORMAÇÃO
PROFISSIONAL PARA ALÉM DE 2020

Números da greve são alerta dos professores

AVISO AO GOVERNO

P.3 À P.7

NESTA EDIÇÃO

P.2 - EDITORIAL | P.8 À P.10 - INTERVENÇÃO DA FNE NA 8ª CIMEIRA INTERNACIONAL DA PROFISSÃO DOCENTE. PEDAGOGIAS PARA O FUTURO | P.11 - MAIS DE 87 MIL ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE EDUCAÇÃO | P.12 À P.17 - CONFERÊNCIA DE FARO - PROMOÇÃO DO SUCESSO NA ESCOLA EXIGE MOTIVAÇÃO E ESTABILIDADE | P.22, P.23 - PACOTE DE INVERNO DO SEMESTRE EUROPEU ANALISA PROGRESSOS DOS ESTADOS-MEMBROS | P.24, P.25 - IGUALDADE E COMPLEMENTARIDADE | P.26 À P.28 - CONSELHO ADOTA QUADRO EUROPEU PARA A QUALIDADE E EFICÁCIA DA APRENDIZAGEM | P.29 - PORTUGAL TEM QUE MELHORAR NA LITERACIA EM LEITURA E MATEMÁTICA. 500 MILHÕES DE CRIANÇAS FORA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | P.30, P.31 - FNE NA REUNIÃO DO COMITÉ EXECUTIVO DO COMITÉ SINDICAL EUROPEU DA EDUCAÇÃO | P.32 - SÓ QUEREMOS O QUE É NOSSO: 9 ANOS, 4 MESES E 2 DIAS | P.33 - PROGRAMA DO 1º DE MAIO - DIA DO TRABALHADOR | P.34, P.35 - REGULAMENTO DO CONCURSO DO 1º DE MAIO - DIA DO TRABALHADOR

Editorial



NÃO DESISTIMOS DO QUE É NOSSO

O Governo quer comprimir os 9 anos 4 meses e 2 dias em que a carreira dos docentes esteve congelada numa recuperação que teria a dimensão simbólica de 2 anos, 9 meses e 18 dias.

Esta proposta do Governo só pode merecer a clara e inequívoca rejeição por parte de todos os educadores e professores portugueses.

Aliás, a greve que nos dias 13, 14, 15 e 16 de março teve uma forte adesão destes profissionais foi apenas o sinal de que esta proposta não só tem de ser rejeitada, como tem de ser combatida.

A FNE, juntamente com todas as outras organizações sindicais do setor, entendeu que deve ser dado espaço para que o Governo repondere a sua proposta e que coloque em cima da mesa a única questão que está neste momento em discussão, e que não é mais do que a definição da distribuição no tempo da recuperação integral dos 9 anos, 4 meses e 2 dias.

É que a definição da quantidade de tempo que há para recuperar já foi feita pela Assembleia da República, na sua Resolução nº 1/2018, aprovada em Plenário no dia 15 de dezembro de 2017, e na sequência da Petição que a FNE mobilizou, sob a designação de “Descongelar JÁ”. Nessa Resolução, o Parlamento foi claro, determinando que a recuperação tem de ser de todo o tempo de serviço que esteve congelado.

Assim, o Governo não tem de andar a fazer exercícios de criatividade que tenham como objetivo esmagar o tempo que esteve congelado. Só tem de cumprir o que a Assembleia da República lhe recomendou, e que é dar a cada docente o tempo congelado que lhe pertence.

O Governo deve, assim, dar passos consistentes e rapidamente, sem o que os educadores e professores portugueses não deixarão de exprimir bem alto a sua insatisfação.

Nós não desistimos do que é nosso. Não nos podem tirar o que é nosso.

João Dias da Silva
Secretário-Geral

fne



9 anos
4 meses
2 dias



2 anos
9 meses
18 dias

Mensagem da FNE na véspera da greve de março

Não prescindimos de um só dia do tempo congelado

Na continuação do ciclo de reuniões com o Ministério da Educação a propósito da recomposição da carreira por efeitos da recuperação do tempo de serviço congelado, realizou-se uma nova ronda negociada no dia 12 de março.

A delegação da FNE, composta pelo Secretário-Geral (SG) João Dias da Silva, pela Vice-Secretária-Geral Lucinda Dâmaso e pelos Secretários Nacionais Josefa Lopes, Gabriel Constantino e José Eduardo Gaspar, ouviu o Governo limitar-se a concretizar aquilo que tinha sido a proposta apresentada na reunião anterior, que aconteceu a 28 de fevereiro e que comprime a carreira dos professores que esteve congelada 9 anos, 4 meses e 2 dias, em 2 anos, 9 meses e 18 dias.

Em declarações ao Jornal da FNE, João Dias da Silva começou por dizer que "tinham-nos dito que eram 2 anos, e 10 meses, agora concretizaram esta nova proposta, no que parece ser um 'rolo compressor' sobre o tempo de trabalho que os professores realizaram. A carreira dos professores é transformada num acordeão: num dia, o tempo congelado é amalgamado, comprimido, em 2 anos, 9 meses e 18 dias e a seguir é alargada, porque, por efeito desta compressão, o tempo de duração da carreira vai ser muito maior do que aquele que inicialmente estava previsto", afirmou.

Para a FNE, isto é absolutamente inaceitável. É inaceitável que o ME não tenha feito mais do que concretizar esta decisão de ignorar o tempo de trabalho que os professores realizaram. Para o SG da FNE "durante estes 9 anos, 4 meses e 2 dias os alunos tiveram aulas, prestaram provas, fizeram exames, terminaram ciclos de estudos, entraram no ensino superior, tiveram certificados de formação. E agora o Ministério da Educação quer ignorar todo este trabalho que os professores realizaram e dizer-lhes que esse tempo afinal não existiu, que devem esquecer esse tempo, que não pode ser contabilizado para a sua carreira. O Governo não pode ignorar este tempo", disse.

Esta reunião, realizada na véspera da greve convocada para os dias 13, 14, 15 e 16 de março, revelou-se completamente inútil, uma vez que não constituiu qualquer evolução por parte do Governo. Foi por isso que, à saída da reunião, a mensagem só poderia ser a de que: "É fundamental que a resposta dos professores a esta decisão conclusiva do ME quanto a este procedimento de recuperação do tempo de serviço congelado, seja uma adesão fortíssima à greve. Vamos participar nesta greve com toda a convicção de que é nesta greve que temos de dar uma resposta e um sinal ao Ministério da Educação e ao Governo de que não podem ignorar os seus professores".

"É fundamental evitar ultrapassagens"



O ciclo de encontros com o Ministério da Educação, em março, fechou no dia 29 com uma reunião de negociação suplementar relativa à portaria que vai regulamentar o posicionamento em carreira dos professores indevidamente retidos no índice 167.

A FNE esteve representada nesta reunião por uma delegação composta pelo Secretário-Geral (SG) João Dias da Silva, pela Vice-Secretária-Geral Lucinda Dâmaso e pelos Secretários Nacionais Maria José Rangel, Gabriel Constantino e José Eduardo Gaspar.

João Dias da Silva, à saída da reunião afirmou: "impõe-se dizer que na nossa perspetiva é essencial clarificar a distinção da negociação daquilo que é a recuperação do tempo de serviço, isto é, a colocação das pessoas naquilo que é o ponto de carreira em que devem estar depois de contado o tempo congelado, da negociação do reposicionamento dos professores indevidamente retidos no índice 167. Por outro lado, es-

tando as duas matérias a serem tratadas de modo distinto e não compatibilizado estão a surgir dificuldades de articulação para evitar aquilo que para a FNE é fundamental: impedir que haja ultrapassagens. E esta desarticulação entre matérias obriga-nos a estar sempre atentos, de forma a evitar que existam professores lesados e injustiçados. A FNE tem apresentado sistematicamente esta preocupação nas negociações".

Quanto à necessidade de observação de aulas, é preciso garantir que sejam recuperadas as observações anteriores que estes professores já realizaram enquanto contratados. Sobre a formação contínua o SG relembra que "estas pessoas como contratadas não tinham obrigação de fazer formação contínua e que só estão obrigados a fazê-la a partir do momento em que se tornam efetivos em carreira. Não pode o ME estar agora a pedir que estas pessoas realizassem formações contínuas em tempos em que não eram obrigadas a tal pois ainda não estavam vinculadas".

Para a FNE todas estas questões têm de ficar resolvidas. Assim como tem de ser garantido que a estes professores tem de ser também assumido que o seu reposicionamento em carreira tem efeitos remuneratórios desde 1 de janeiro de 2018.

A fechar, a FNE sublinhou ainda a necessidade de existir uma negociação relativa aos concursos que têm de existir este ano: o interno extraordinário e o externo de vinculação. Ambos estão previstos em legislação acontecer, mas necessitam de negociação sobre a forma como vão ser concretizados relativamente aos critérios e às regras.



Greve com números que servem de aviso ao Governo

A greve dos professores portugueses, nos dias 13, 14, 15 e 16 de março, com índices de adesão superiores a 75%, constituiu um sinal que o Governo não pode ignorar sobre a insatisfação que domina estes profissionais, a quem está a ser negada a valorização do tempo de trabalho que prestaram, para além de estarem a ver que a sua carreira é posta em causa, anulando as expectativas de acesso ao topo para muitos milhares deles.

A greve foi convocada, porque se verificou claramente que o Governo está até agora inteiramente insensível à justa recuperação de todo o tempo de serviço congelado. Mas se esta é uma razão dominante para o descontentamento, outras há que, em acumulação com aquela, tornaram inevitável a convocação da greve e a forte adesão que teve.

É que esta greve visou chamar a atenção para a justiça do reconhecimento do direito ao descongelamento da carreira docente, a partir de 1 de janeiro de 2018, mas serviu também para dar expressão a outras preocupações, nomeadamente:

O reconhecimento do direito à concretização dos compromissos assumidos entre o Governo e a FNE no dia 18 de novembro de 2017, nomeadamente em relação à recuperação de todo o tempo de serviço congelado, nos termos da Resolução da Assembleia da República nº 1/2018;

O reconhecimento do direito ao reposicionamento em carreira dos docentes indevidamente retidos no índice 167, com a contabilização integral de todo o tempo de serviço prestado antes da entrada em carreira;

A definição de orientações, a terem efeito no próximo ano letivo que integrem na componente letiva todas as atividades que os docentes realizam com alunos;

A determinação de condições específicas de aposentação para os docentes;

O respeito pelos limites do tempo de trabalho;

O rejuvenescimento do corpo docente.

É que, tendo sido assumido um compromisso entre a FNE e o Governo, em 18 de novembro de 2017, sobre o estabelecimento de processos negociais que se centravam naqueles aspetos, o que se verificou é que se assistiu a um sistemático adiamento por parte do Ministério da Educação em relação à apresentação de propostas concretas que procurassem atingir os objetivos definidos no compromisso e que o respeitassem na sua letra e no seu espírito.

Embora se tenham realizado várias reuniões, o que se verificou, volvidos mais de três meses sobre a assinatura do compromisso, foi que os documentos e propostas do Governo não se orientaram no sentido de que se alterassem as condições que provocam a forte insatisfação entre os docentes portugueses.

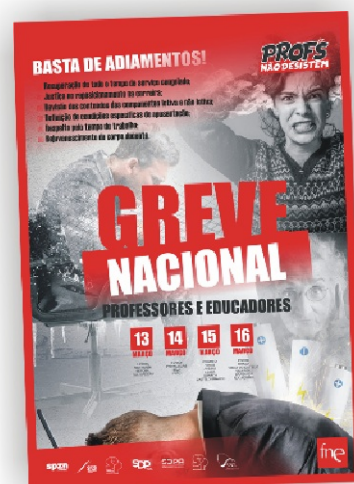
Em relação a nenhuma das matérias as propostas apresentadas podiam ser consideradas como as respostas que os docentes portugueses esperavam e a que têm direito.

Trata-se de questões extremamente sensíveis para a valorização dos docentes e que o Ministério da Educação continuou a ignorar, como sejam:

- 1 O pleno respeito por todo o tempo de serviço prestado pelos docentes portugueses, reconhecendo-o na totalidade para o desenvolvimento das suas carreiras;
- 2 A determinação de condições especiais de aposentação que reconheçam o especial desgaste profissional docente;
- 3 O respeito pelos limites do tempo de trabalho docente, promovendo a clara definição das atividades que se devem inserir na componente letiva e na componente não letiva;
- 4 A aposta em medidas promotoras do rejuvenescimento do corpo docente;
- 5 A revisão do diploma de concursos, garantindo o respeito pela graduação profissional dos docentes em todas as fases concursais e ainda redimensionando o número de quadros de zona pedagógica, e revendo a forma como devem ser dotados os quadros de agrupamento de escolas, entre outras, e permitindo a todos os docentes do Ensino Português no Estrangeiro (EPE) serem opositores aos concursos em primeira prioridade.

Esta greve realizou-se entre as zero horas do dia 13 de março de 2018 e as 24 horas do dia 16 de março de 2018; houve docentes que fizeram greve em todos os dias e houve outros que cumpriram a distribuição geográfica determinada pela convocatória de greve. Assim, a greve decorreu desta forma:

- | | |
|----------------------------|--|
| 13 de março de 2018 | docentes em exercício de funções nos distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém; docentes em exercício de funções na Região Autónoma da Madeira; |
| 14 de março de 2018 | docentes em exercício de funções nos distritos de Évora, Beja, Portalegre e Faro; |
| 15 de março de 2018 | docentes em exercício de funções nos distritos de Coimbra, Aveiro, Leiria, Viseu, Guarda e Castelo Branco; |
| 16 de março de 2018 | docentes em exercício de funções nos distritos de Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança; docentes em exercício de funções na Região Autónoma dos Açores; docentes em exercício de funções no Ensino Português no Estrangeiro. |



Adesão à greve esteve sempre em crescendo

Logo ao fazer o balanço do primeiro dos quatro dias de greve, a FNE registou positivamente e saudou o nível de adesão alcançado. Se é certo que o número de estabelecimentos de ensino encerrados foi reduzido, a verdade é que o impacto da falta de muitos professores em greve transformou por completo a vida das escolas, devido ao número de aulas que não foram lecionadas.

Mesmo tendo em conta o facto de muitos docentes terem preferido não adotar o primeiro dia para estarem em greve,

em função de agendamentos anteriores que eram inadiáveis, mas que lhes permitia estar em greve num ou nos dias seguintes, verificou-se um elevado nível de adesão.

A greve prosseguiu nos dias posteriores, sempre com algumas escolas encerradas e com grandes níveis de adesão na generalidade das escolas. A greve foi considerada como o meio adequado de dar expressão às legítimas reivindicações de todos os docentes portugueses.

FNE deixa alerta ao Governo após balanço final positivo da greve

Em jeito de balanço final e após o último dia de greve cuja incidência se deu na Zona Norte, confirmou-se que os números da greve foram em crescendo ao longo dos dias, podendo afirmar-se que a percentagem de adesão global nos quatro dias foi de 70 a 75% dos professores, números que se consideram bastante significativos numa ocasião que sabemos ser complicada para as escolas, professores e alunos, devido à época de testes que se vive nesta altura do ano.

Perante isto, foi definido por todas as organizações sindicais que convocaram a greve que serão pedidas audiências ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da República, sendo que, caso nas próximas três semanas não existam desenvolvimentos positivos nas negociações, ficou também estabelecido que no primeiro dia de aulas do terceiro período será anunciado o dia em que os professores vão sair à rua em protesto.

Em declarações à Comunicação Social, o Secretário-Geral

da FNE, João Dias da Silva, sublinhou que um dos lados positivos desta greve foi o de mostrar à sociedade portuguesa o impacto na vida dos professores da não recuperação de todo o tempo de serviço congelado. E reforçou ainda que é necessário que o Governo perceba que a tônica principal se mantém na negociação, lembrando que já era altura de existirem mais resultados positivos destas reuniões. A fechar, a FNE deixou um apelo ao Governo para aproveitar a oportunidade dada por esta greve para relançar os processos negociais, apresentar propostas concretas relativamente a estes problemas, pedindo ainda à Assembleia da República que zele pelo cumprimento da resolução adotada em 15 de dezembro de 2017 de que seria contado aos professores todo o tempo de serviço congelado. O Parlamento tem a obrigação de acompanhar a execução das políticas ali determinadas, sendo que o Governo não está a cumprir essas determinações. Caso se mantenham estas ausências e insuficiências de respostas por parte do Governo, a FNE vai olhar para o que tiver de ser uma resposta mais clara pelos professores, e dada na rua.



Pedagogias para o futuro



Em Portugal há uma constante produção de alterações legislativas na área da Educação. Cada Governo gosta de deixar a sua marca e isso vem-se traduzindo num acumular de opções que põem em causa a estabilidade na área da Educação.

Ora Portugal é um país com grandes assimetrias, nomeadamente em termos geográficos, entre o litoral e o interior. Essas assimetrias são uma grande preocupação da FNE, que a proposta de alteração curricular pode acentuar.

É por isso que tal proposta de alteração curricular tem tido da nossa parte grandes reservas.

Desde logo por se ter tratado de uma decisão do Governo que não contou com a envolvimento dos Professores na definição dos objetivos pretendidos. Depois porque não resultou de nenhuma necessidade sentida pelos docentes, nem teve por base qualquer estudo avaliativo.

Como consequência dessa opção governativa, está a ser implementada de forma experimental e de certa forma “ad hoc”.

É nosso entendimento que as reformas para serem implementadas com sucesso têm de ser entendidas pelos seus intervenientes, *in casu*, os Professores, daí não podermos deixar de expressar as nossas objeções relativamente a esta matéria.

Centrando-nos agora sobre o tema em debate “ Pedagogias para o futuro” não é possível encará-lo, no nosso entendimento, sem abordar também a formação dos professores, nomeadamente ao nível das novas tecnologias.

Assim, começaria por citar o Padre António Vieira, História do Futuro, 1718, que escreve que “O tempo, como o mundo, tem dois hemisférios: um superior e visível, que é o passado, outro inferior e invisível, que é o futuro. No meio de um e outro hemisfério ficam os horizontes do tempo, que são estes instantes do presente que imos vivendo, onde o passado se termina e o futuro começa”

e...

Porque o Futuro, como dizia Ghandi, também depende do que fazemos no presente, quero deixar claro que nos

recusamos a ver a educação como um bem, disponibilizado de acordo com as capacidades económicas dos países e das populações.

Para nós a educação é um direito. Um direito constitucionalmente consagrado que incumbe ao Estado promover. Direito esse que visa não só contribuir para a democratização da educação realizada através da escola e de outros meios formativos, como contribuir para a igualdade de oportunidades e a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais.

Assim, apesar da evolução tecnológica com que somos hoje confrontados, não concebemos a Educação com Professores substituídos por um qualquer meio tecnológico, seja ele o computador ou um qualquer “holograma”.

A relação professor aluno é uma condição do processo ensino - aprendizagem. É uma relação que dinamiza e dá sentido ao processo educativo. A interação professor aluno está no centro do processo educativo e é uma forma de transmissão de saberes, objetivos, valores e cultura, baseada na confiança, afetividade e respeito.

Não enjeitamos os benefícios da evolução tecnológica, bem como dos demais mediadores da comunicação, se os mesmos estiverem adequados e ao serviço de uma proposta pedagógica, situação em que se poderão tornar excelentes aliados da dinamização do processo ensino-aprendizagem, motivando mais os alunos.

É certo que estando hoje as tecnologias presentes em todos os setores da sociedade, não podem os docentes excluir-se das mesmas, sob pena de se anquilosarem numa realidade que já não existe.

Deste modo propendemos para uma ação pedagógica em que o professor deve contar na sua ação pedagógica com a participação multidisciplinar de técnicos, engenheiros, informáticos e comunicadores.

A chamada Sociedade do Conhecimento exige que sejamos capazes de formar cidadãos numa escola que responda às questões do seu tempo com as tecnologias do seu tempo.

Uma escola que permita comunicar nas diversas linguagens que as tecnologias possibilitam, com a capacidade crítica de não ser manipulado por elas e que desperte nos alunos a necessidade de aprender a conhecer para aprender a fazer.

Mas essa opção cabe exclusivamente aos Professores.

Só os Professores podem determinar o tipo de apoio pedagógico de que necessitam. Não podem ser condicionados pelas ofertas da indústria da Educação. São os docentes os verdadeiros possuidores desse direito e desse papel. Não aceitamos por isso qualquer tipo de substituição do papel do Professor.

O Professor tem um papel insubstituível. A sua relação humana é central e ímpar no processo educativo.

É pois, com este enquadramento, que propendemos para defender uma pedagogia assente no papel imprescindível do Professor, numa escola inclusiva que procure garantir que todas as pessoas, sem distinção, possam aceder a uma aprendizagem de acordo com as suas diferenças.

Uma pedagogia que permita aos Educadores e Professores serem capazes de articular o “chronos” com o “kairos”, numa perspetiva integrada que possibilite a integração do conhecimento, alicerçada numa visão transdisciplinar e numa aprendizagem relacional entre conhecimento e contexto.

“Chronos” que, no sistema educativo português, se tem vindo a tornar cada vez mais penoso para educadores e professores, nomeadamente com o aumento do número de alunos por turma, o aumento da carga horária e a profusão de atividades que são impostas aos docentes, quer letivas, quer não letivas, quer administrativas, que se traduzem numa enorme dificuldade em articular o “chronos” com o “kairos”, ou seja, com o tempo oportuno para a realização das aprendizagens.

Na verdade, aos docentes, nomeadamente aos portugueses é diariamente exigido conjuntamente com as suas funções eminentemente pedagógicas, o cumprimento de atividades de carácter burocrático, que transformam os docentes em mangas de alpacas, desfocados da sua missão essencial - a educação -, o que os limita na sua disponibilidade mental e temporal para pensar a pedagogia.

Acresce a esta situação que a alteração da forma de avaliação do seu desempenho que se traduziu também num acréscimo de trabalho burocrático trouxe consigo uma nova postura dos docentes nas escolas, remetendo-os para uma postura egocêntrica e de competição, na medida em que competem pelas mesmas vagas.

A instituição desta fórmula avaliativa destruiu nas escolas o trabalho cola-

borativo e de troca de experiências entre docentes, que permitia a procura e partilha de novos caminhos pedagógicos, empobrecendo por isso as opções pedagógicas.

No entanto, estando hoje as tecnologias presentes em todos os setores da sociedade, é claro que não podem os docentes excluir-se das mesmas, sob pena de se anquilosarem numa realidade que já não existe.


Nessa medida, a nosso ver, é também essencial por isso, repensar a formação dos professores e das pedagogias a utilizar, pois nas próximas décadas serão responsáveis pela educação de alunos que já nascerão em ambientes se ainda não controlados pela tecnologia, são pelo menos influenciados de alguma forma por ela.

Em conclusão, defendemos uma escola com professores unidos de competências que permitam comunicar nas diversas linguagens que as tecnologias possibilitam, com a capacidade crítica de não serem manipulados por elas e que desperte nos alunos a necessidade de aprender a conhecer, para aprender a fazer.

Jorge Santos - Presidente da FNE

**8ª Cimeira Internacional da Profissão Docente
22 e 23 de março de 2018
Centro Cultural de Belém - Lisboa**





Três compromissos da delegação portuguesa na cimeira internacional da profissão docente

Desenvolvimento de programas integrados envolvendo diversas áreas para apoio às escolas de comunidades desfavorecidas, direcionados a essas comunidades, para a promoção de equidade, sucesso e inclusão.

Implementação de novas estratégias de ensino e de novos métodos e práticas pedagógicas, a par de investimento na formação inicial e contínua e desenvolvimento de qualificações para o trabalho em rede.

Assunção de que o envelhecimento da profissão docente é um problema que terá de ser tratado: valorizar a autonomia das escolas e dos professores através da promoção de tempos e espaços para o trabalho colaborativo, reforçando a participação dos professores nos processos de decisão ao nível da Escola.

Develop integrated programs with different governmental areas to support schools in disadvantaged communities, allowing them to work in and with those communities, as a mean to promote equity, success and inclusion.

Implement new strategies of teaching and new pedagogic methods and practices, compassed with an investment on initial and in-service training and networking for capacity building.

Assume that the aging of teaching profession is a problem that has to be dealt with: enhance schools and teachers' autonomy by promoting time and space for collaborative work and reinforcing participation of teachers on the decision making process on the school level.

Mais de 87 mil alunos com necessidades especiais de educação

O número de crianças na educação pré-escolar e alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, com necessidades especiais de educação, aumentou para 87.081 no ano letivo de 2017/2018, mais 6,6% que no ano anterior.

Os dados preliminares de Portugal Continental são da Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC), que vai disponibilizar os resultados finais em abril de 2018.

Do total, 76.031 frequentam o ensino público e 11.050 o privado. O questionário eletrónico refere que os alunos com necessidades especiais aumentaram nos três níveis escolares. Na Educação pré-escolar passaram de 3.463 para 3.601; no Ensino Básico de 65.132 para 68.465 e no Ensino Secundário de 13.077 para 15.015. A única exceção verifica-se no ensino privado onde os 6.466 alunos do ensino básico de 2016/2017 desceram para 6.450 no presente ano letivo.

No que respeita ao género, registaram-se 54.251 homens e 32.830 mulheres em 2017/2018, sendo o número de homens superior ao de mulheres nos três níveis de educação e ensino.

Quanto a adequações do processo de ensino e de aprendizagem definidas no Programa Educativo Individual (PEI) temos a notar um total de 83.132 alunos com Apoio Pedagógico Acrescido (APA), 40.471 com Adequações curriculares individuais, 7.067 com adequações no processo de matrícula, 77.777 com adequações no pro-

cesso de avaliação, 12.563 com Currículo específico individual e 13.303 com Tecnologias de apoio.

Por sua vez, há que referir 2.156 alunos em unidades de apoio especializado para a educação com multideficiência e surdocegueira congénita (1.914 no Ensino Básico e 242 no Secundário) e 2.117 em unidades de ensino estruturado com perturbações de espectro do autismo (1.912 no Básico e 205 no Secundário). No Continente, existem 57 escolas especiais, frequentadas por 984 alunos – homens e mulheres.

No que se refere ao pessoal docente, existem 7.162 a tempo inteiro e 356 a tempo parcial. Dos docentes pertencentes ao quadro de Educação Especial (EE) 4.536 são do grupo de recrutamento 910, 126 do 920 e 73 do 930. Dos não pertencentes ao quadro, há 2.415 especializados com tempo completo e 318 a tempo parcial. Os não especializados são 12 a tempo completo e 38 a tempo parcial.

O sistema educativo conta com 1.016 técnicos, que perfazem 63.418 horas mensais: 70 terapeu-

tas ocupacionais (2.483 horas mensais), 183 terapeutas da fala (10.447 horas), 61 fisioterapeutas (2.204 horas), 529 psicólogos (28.837 horas), 103 intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (11.717 horas) e 70 formadores de Língua Gestual Portuguesa (7.730 horas).

Apoiados por Centros de Recursos para a Inclusão há 588 Agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, que têm o apoio dos seguintes profissionais: 2.263 técnicos (65.837 horas mensais), 463 terapeutas ocupacionais (11.230 horas), 629 terapeutas da fala (23.170 horas), 277 fisioterapeutas (4.329 horas), 558 psicólogos (19.269 horas) e 336 outros técnicos (7.839 horas).

Finalmente, existem 145 agrupamentos de referência para a Intervenção Precoce na Infância com 529 docentes: 313 educadores de infância com especialização em EE, 85 educadores de infância sem especialização em EE, e 125 docentes dos ensinos Básico ou Secundário: 125 com especialização em EE e 6 sem tal especialização.





Conferência de Faro

Promoção do sucesso na escola exige motivação e estabilidade

A sala multiusos do Hotel Mónaco, em Faro, recebeu a segunda Conferência do Ciclo de Conferências 2018, que a FNE organiza em conjunto com a UGT, CEFOSAP, ISCTE-IUL, CBS e a UFP, que se vai estender ao Funchal, Évora, Coimbra, Braga, Viseu, Bragança e Lisboa.

Os conferencistas convidados para o evento algarvio, que tratou do tema "Educação e Formação para um desenvolvimento sem desigualdades" foram Francisco Marques, Delegado Regional da Educação do Algarve, e Saúl Neves de Jesus, da Universidade do Algarve.

O Secretário-Geral da Federação Nacional da Educação, João Dias da Silva, deu as boas-vindas a uma sala cheia e no seu discurso deixou o alerta para a importância e responsabilidade que acarreta reconhecer o valor dos educadores e docentes, tema que, em sua opinião, é necessário discutir, sendo também esse um dos papéis principais deste ciclo de Conferências.

Em seguida, foi a vez de Josefa Lopes, Presidente do SDPSul, que co-

meçou por congratular a FNE pela decisão de incluir o Algarve no roteiro das Conferências.

Depois, apontou que persistem as desigualdades em Portugal, apesar dos esforços que têm sido feitos e que é necessário existir vontade política, porque fora do litoral continuam a existir grandes penalizações em relação às grandes cidades, dando em seguida o exemplo da forma como se gerem os cursos profissionais no interior, onde o número mínimo de alunos (25) dificilmente é atingido, o que leva a que muitos cursos não funcionem, deixando interessados sem essa possibilidade. Segundo Josefa Lopes "devia existir uma discriminação positiva para esbater diferenças na educação do país".

Depois, Madalena Feu, Delegada Regional do IEF, descreveu o problema da desigualdade como "tendo barbas brancas", referindo que estas jornadas de debate descentralizadas são uma ótima iniciativa, pois cada região tem as suas especificidades, o que permite uma

identificação mais localizada dos problemas e das possíveis soluções. Madalena Feu defendeu ainda que ninguém quer uma sociedade desigual e pouco inclusiva e que a educação deve ser espelho disso. É uma questão de justiça isso acontecer, considerando ser esta uma boa altura para o debate do tema, pois, e falando especificamente da zona algarvia, há neste momento sensibilidade e mais abertura para apresentação de ideias sobre esta matéria.

Para a Delegada Regional do IEF, "combater a desigualdade não passa só por educar pessoas e qualificá-las. É necessário que os empregadores reconheçam as capacidades de quem procura emprego", acrescentando ainda que "é necessário identificar as políticas sociais de que precisamos e mudar mentalidades". A fechar, disse que "é necessária uma intervenção multisetorial, uma estreita colaboração entre entidades, perceber os potenciais de cada região, privilegiar um melhor emprego e criar uma estratégia de qualificação".

Coube a Carlos Silva, Secretário Geral da UGT, fechar a sessão de abertura, começando por salientar o facto de a sala ter uma maioria feminina, algo que por si já contribui para a eliminação de desigualdades. Em seguida, lembrou que "antes do 25 de Abril, o Professor era uma figura carismática no país e agora tem-se desvalorizado esse emprego com o objetivo de quanto menos ganharem, melhor. É necessário valorizar as profissões com papéis importan-

tes, sem constrangimentos orçamentais e ir à luta". O Secretário Geral da UGT chamou ainda a atenção para o tema das escolas no interior: "É necessário combater o fecho de escolas no interior. Como querem fixar populações fechando escolas? Encerrar escolas é matar uma comunidade. O Estado opta por fechar um estabelecimento de ensino para não pagar a um professor para ir dar aulas. Desta forma, quem é que quer viver no interior?".

Carlos Silva defendeu ainda a necessidade de ser criada uma política integrada na educação, mas que é necessária vontade política, deixando o aviso de que é preciso "valorizar quem trabalha na educação. Os sindicatos fazem bons trabalhos. E o Governo? Um professor é alguém fundamental para consolidar o futuro", dizendo a fechar que a UGT está pronta para lutar com a FNE na mesa das negociações e, se for necessário, sair à rua.

"É necessário incutir valores por uma sociedade mais justa e ter uma Escola mais abrangente"

E o primeiro painel de oradores abriu com a participação do conferencista convidado, Francisco Marques. O Delegado Regional da Educação do Algarve, após defender a ideia de uma escola virada para os desafios que a sociedade atual oferece, enumerou alguns problemas que identifica no atual sistema, como a repetência, com a consequente repetição de conteúdos ou a forma como algumas matérias teóricas são dadas sem explicação de aplicabilidade.

Para Francisco Marques, "para uma escola de sucesso é preciso que os conteúdos de várias disciplinas sejam trabalhados em conjunto com os alunos e vários professores das várias áreas. Na História faz sentido que outras á-

reas, como por exemplo a música, se misturem na forma como é ensinada, pois fazem entender melhor certos períodos históricos. Esse entrosamento entre áreas também é importante." Francisco Marques apontou ainda a valorização das disciplinas artísticas, porque possuem um conjunto de valores que elevam o espírito de equipa, solidariedade e coletivo, onde todos trabalham por um objetivo. "É necessário incutir valores por uma sociedade mais justa e ter uma Escola mais abrangente. A Escola deve arranjar mais oportunidades", dizendo ainda que Portugal tem de valorizar mais o ensino profissional.

O conferencista falou depois sobre a sua ideia de escola de sucesso, re-

ferindo que uma escola inclusiva combate desigualdades de uma forma única. Transmite valores de inclusão. Mas que é preciso, na sua opinião, que os professores permitam que os alunos aprendam em vez de os ensinar. A finalizar, falando sobre uma escola responsável e autónoma, defendeu que "O calendário devia ser autónomo. Assim como os horários. É preciso garantir o acesso à formação com educação coerente e flexível. Para isso tem de ser feito um trabalho de conjunto entre professores e alunos", fechando a sua intervenção com a música dos Pink Floyd "Another brick in the wall", lembrando que já aí se pedia para os professores deixarem os alunos pensarem e serem criativos.



Já Francisco Manuel Soares, Diretor do Agrupamento de Escolas Pinheiro Rosa - Faro, começou por mostrar como o conhecimento está neste momento concentrado num telemóvel e que os novos ricos não são neste momento quem tem mais dinheiro, mas sim conhecimento, como os donos da Google, Amazon e criadores de apps. "A sociedade mudou e a escola é um passaporte que permite a mobilidade social", referiu, dizendo ainda que "os rankings que todos os anos vemos por aí são apenas indicadores para percebermos onde vivem os ricos e pobres. É preciso que a escolaridade permita criar capacidade de entrar no mundo de trabalho. Estive a fazer contas e percebi que cada aluno que reprova custa 3700 € a todos nós. Se reprova é praticamente um investimento perdido pois há cerca de 700 mil reprovações anuais o que tem um custo de 1M€ por agrupamento. Sou um otimista, acho que a escola tem melhorado, mas ainda há muito para fazer, pois não me esqueço que somos o único país da Europa que melhora nos exames do PISA (Programme for International Student Assessment) desde 2000, ultrapassando a Finlândia".

Rui Manuel Carvalho, do SDPSul/FNE, foi o segundo comentador a abordar os temas em discussão, começando por dizer que trabalhar o mesmo, com alunos diferentes, não é fácil. A igualdade não tem alunos iguais uns aos ou-

tros, para Rui Carvalho. O que se pretende é equidade e equidade é justiça. "A igualdade segrega", disse, dando o exemplo da comunidade cigana, referindo que tratar alunos de etnia cigana de forma igual a outros é um erro. Seria mais proveitoso tratá-los de forma diferente durante um período, de forma a recuperar o interesse deles pelas aulas. Para Rui Carvalho, "na comunidade cigana temos um bom exemplo de desigualdade: o casamento entre ciganos acontece nas idades dos 14, 15 anos e a justiça também não trata esta situação de igual modo, o que mostra que a sociedade continua realmente a não ser justa em muitos pontos".

Já José Carlos Rolo, Vice-Presidente da Câmara de Albufeira, abriu o seu comentário lembrando o artigo 73º da Constituição Portuguesa que diz que todos têm direito à Educação, acrescentando que a sociedade está mais dinâmica, mas que o país apresenta desigualdades e oportunidades desiguais. "Temos de ter uma escola para a sociedade. É preciso valorizar o ensino e os professores. Temos cada vez menos alunos de fato-macaco, do ensino profissional, para a sociedade recorrer. Há muitas carências, inclusive no Algarve, de restauração, construção civil. Por que não dirigir mais ensino profissional para estas áreas? As igualdades podem fomentar desigualdades. Será que a autonomia das escolas, referida pelo Francis-

co Marques, não poderia promover desigualdades entre escolas? Os municípios podem ajudar a esbater desigualdades. Imaginemos uma freguesia que não apoia uma escola nas visitas de estudo, mas na freguesia ao lado apoiam. Temos desigualdade", disse a terminar.

A fechar o painel de comentadores, David Filipe Costa, Formador/EDUCOM, concordou com o facto de a sociedade estar diferente. Começou por dar o exemplo pessoal, pois é pai de três filhos e todos passaram por um sistema de ensino igual, mas com motivações diferentes. Para David Costa "é possível adaptar o ensino e fazer a diferença, porque nenhuma criança é igual a outra e cada uma está virada para algo diferente. Por isso os professores têm a função de os fazer sentir especiais e eu defendo que é com o aparecimento de problemas que vamos mais além, que conseguimos evoluir. São aprendizagens essenciais. É imposto aos professores que as políticas estão fora. É preciso adequar, adaptar à heterogeneidade. E aqui o professor passa a psicólogo e até investigador. Estão a ser dados passos para isto, porque reparem: neste momento estão alunos no 1º e 2º ciclos que vão ter profissões que ainda nem existem. Mas isto não é possível sem entender o passado. Nós somos capazes, é preciso evoluir em conjunto", terminou.





"O professor tem de ser um exemplo de motivação"

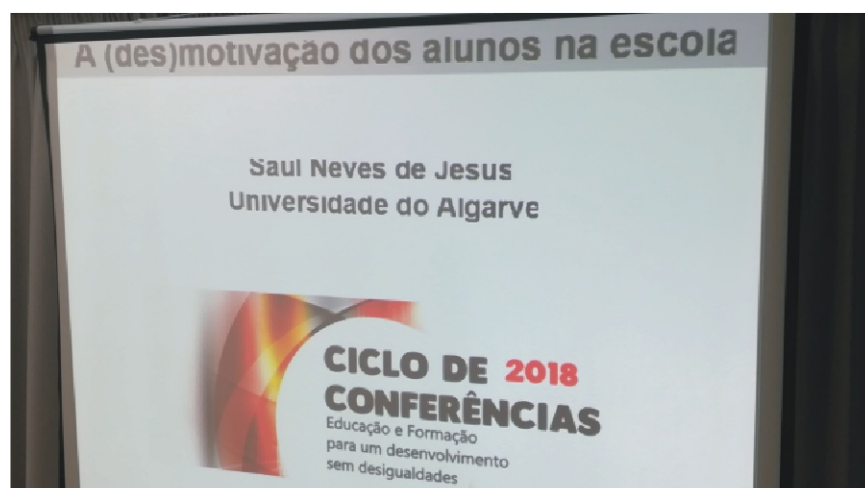
Saúl Neves de Jesus, da Universidade do Algarve, foi o segundo conferencista convidado e dedicou a sua intervenção à forma como a motivação contribui para a qualidade do ensino e quais os contributos que se podem dar para evitar a desmotivação. Segundo o professor da universidade algarvia, o insucesso e a indisciplina são resultado da desmotivação, sendo Portugal o país onde há menos jovens a dizer que gostam da escola. E como resolver esta problemática? Com motivação; não inibindo ninguém; com os professores a oferecerem confiança e otimismo nas capacidades dos alunos; reconhecendo o esforço; salientando os erros; reconhecendo o progresso, comparando com resultados anteriores.

Para Saúl Neves "em vez de formatar devemos enquadrar os alunos que sabem mais, mas não se deve valorizar sempre os mesmos. O professor tem de ser um exemplo de motivação", acrescentando depois que existem vários fatores que contribuem para a desmotivação dos professores dando depois o exemplo de algumas medidas

aplicadas em alguns agrupamentos escolares: atividades mais centradas nas disciplinas de Português e Matemática; participação dos encarregados de educação na vida escolar dos alunos. Com estas medidas verificou-se uma diminuição da indisciplina e abandono escolar, mas para isto é necessário que a escola ofereça condições para que as estratégias dos professores sejam aplicadas.

Em seguida, o painel de comentadores foi aberto por Jorge Miguel Guerreiro, professor/formador de Educação Especial, que começou por concordar com Saúl Neves ao dizer que é necessário motivar os

alunos para eles serem agentes ativos na escola. Jorge Guerreiro considerou que cabe também aos professores de educação especial esse papel de motivação, pois nem sempre os pais o conseguem fazer. "Existem várias estratégias para adaptar às áreas fortes dos alunos e motivá-los para não acontecer como nas universidades, onde existe muita teoria e na realidade depois nada se aplica", acrescentando em seguida que as entidades locais precisam de coordenar-se e fomentar emprego de qualidade, deixando no final um elogio ao esforço diário dos professores mesmo com a pouca articulação que existe e que leva à desmotivação.



A sessão prosseguiu com o comentário de Raul Filipe Guerreiro, professor na Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, que começou por referir-se às tecnologias como algo muito importante pois aprofundam democracias. No entanto, o acesso a estas mesmas tecnologias requer atenção, pois podem provocar desigualdades, tendo em conta os alunos mais pobres e os que têm mais posses económicas, mas que não as gerem bem.

Raul Guerreiro afirma ainda que aquilo que hoje em dia se pede aos professores é para não terem vida

própria, considerando que esta não é a solução, pois desta forma os professores não conseguem discutir ideias entre pares, criar soluções e acabando até por não sobrar tempo para trabalhos de investigação.

Este painel fechou com a participação de José Paulo Dias, coordenador distrital/SDPSul, que começou por congratular o interesse das pessoas nesta conferência e concordando com a intervenção anterior de Raul Guerreiro, reforçando que os professores estão realmente sobrecarregados com burocracia e não sobra tempo para re-

fletir e inovar. Para José Paulo Dias o combate à desigualdade depende também das famílias referindo que esta é uma situação complicada de resolver devido ao facto de os pais proporcionarem diferentes vivências culturais aos filhos, como por exemplo, a ida ao cinema, exposições, compra de livros, consoante as suas possibilidades financeiras. O coordenador distrital/SDPSul recordou ainda o que Francisco Soares tinha referido sobre o custo de retenção de cada aluno dizendo que também é importante perceber o quanto é preciso investir para evitar essas mesmas retenções.

"A estabilidade e autonomia das escolas deveria de ser algo que já não deveríamos ter de discutir."

A sessão de encerramento iniciou-se com as palavras de Daniel Santana, Presidente da UGT-Algarve, que começou por referir a sua experiência profissional na Educação Especial, em 1998, onde se verificaram os primeiros passos nesta área da educação inclusiva, salientando a necessidade de dar for-

mação a professores e principalmente ensinar os colegas a aceitar a diferença.

Foi preciso criar um caminho onde o grande ganho foi fazer com que os outros soubessem lidar com a diferença. "Acredito que a escola hoje é menos desigual e que real-

mente é necessário procurar novas formas de motivação. Os professores vão aprendendo por si próprios e adaptando-se aos alunos e ao ritmo destes. No fundo os professores não se podem esquecer que são facilitadores de aprendizagem", finalizou.





Lucinda Manuela Dâmaso, Presidente da UGT e Vice-Secretária Geral da FNE, começou por saudar esta iniciativa, pois a sociedade só poderá ser mais justa se esbater desigualdades e se apostar na formação tendo em conta o que as empresas procuram e as necessidades a nível regional. "É preciso uma educação sem desigualdades, mas o mundo do trabalho tem que colaborar também para essa sociedade mais justa, reduzindo o número de contratos precários e a curto-prazo. É também necessário apostar, por exemplo, em equipas disciplinares de apoio aos professores", referindo que a própria UGT e FNE querem contribuir para este mesmo objetivo.

Por fim, Rogério Bacalhau, presidente da Câmara Municipal de Faro, finalizou a conferência defendendo a ideia de que as autarquias podem ajudar mais as escolas do que o Estado, deixando as se-

guintes notas: "A instabilidade do sistema é uma coisa que me aflige. É incompreensível que todos os anos se mudem as regras na forma como as escolas se devem organizar. A estabilidade e autonomia das escolas deveria de ser algo que já não deveríamos ter de discutir. Estamos a tratar destes assuntos

há 20 ou 30 anos e já era tempo de o país ter um sistema mais estável onde aquilo que estivéssemos a discutir permanentemente fosse o sucesso dos alunos", disse o Presidente da Câmara Municipal de Faro.

A finalizar, referiu: "ouvi aqui uma expressão que nem eu que é a 'defesa dos professores'. Os professores não precisam de defesa, precisam é de trabalhar com todos para a promoção e o sucesso dos alunos. E eu tenho muito orgulho em ser Presidente da Câmara, mas tenho mais em ser professor e emocionome muito ao encontrar ex-alunos que nos deram muito trabalho e que hoje estão empregados seja num café seja numa empresa e que ao olharmos para eles sentimos que está ali um bocadinho nosso. Isto é para mim um dos aspetos mais gratificantes da nossa profissão", afirmou a fechar a conferência.



O ensino e formação profissional para além de 2020

O futuro do trabalho e do Ensino e Formação Profissional (EFP) tem preocupado a Europa, a OCDE e os parceiros sociais, incluindo os sindicatos. Temas como a globalização, a sociedade digital, as migrações, a evolução demográfica ou a economia verde têm alimentado esta discussão. Por outro lado, o desemprego, o subemprego, a precariedade laboral e tudo o que respeita às competências para hoje e para o futuro comprometem a coesão e o modelo social europeu. Este contexto cheio de desafios levou a uma colaboração mais estreita entre países e organizações. E à medida que o atual quadro de cooperação na área do EFP se aproxima de 2020 é altura de se estimular o debate sobre a cooperação europeia até 2030. O primeiro passo foi proceder-se à análise das características dos atuais sistemas europeus de EFP, para se identificarem semelhanças e diferenças.

O EFP NA EUROPA VARIA DE PAÍS PARA PAÍS

Os sistemas nacionais de EFP na Europa variam de país para país e embora cada país tenha a sua própria abordagem em matéria de entidades formadoras, conteúdos e administração existe uma base comum entre todos. O EFP é encarado como uma via de ensino e formação especificamente vocacionada para o exercício de uma profissão. Visa fornecer profissionais qualificados ao mercado de trabalho e o seu estatuto é geralmente considerado inferior ao do ensino geral ou académico. Na maioria dos países, é dirigido essencialmente aos

jovens e proporciona qualificações de nível médio (níveis 3 e 4 do Quadro Europeu das Qualificações - QEQ). Neste quadro, de diversidades e convergências, podemos distinguir quatro pontos principais:

O EFP ENQUANTO FORMAÇÃO INICIAL DUAL/EM CONTEXTO DE TRABALHO

Esta abordagem é tipicamente a do sistema dual alemão. Assenta na aquisição de conhecimentos práticos e na "aprendizagem através da prática", em que os jovens (reconhecidos como aprendizes) assumem mais tarde um posto de

trabalho/profissão com um etos profissional e direitos laborais definidos. A significativa contribuição das empresas (em termos de financiamento e de local de aprendizagem) e a grande coordenação entre empregadores e sindicatos constituem um elemento intrínseco desta abordagem. O EFP está claramente associado a níveis de educação médios (níveis 3-4 da CITE-11), com acesso limitado ou não ao ensino superior. Predomina a perspetiva dos empregadores, uma vez que a principal finalidade do EFP é formar trabalhadores qualificados para o mercado de trabalho e fomentar a inovação e o crescimento empresarial.

O SISTEMA PORTUGUÊS DE EFP

O último ciclo do ensino básico tem dois modelos: os cursos vocacionais e os cursos de educação e formação. O ensino secundário, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, tem duas vias: uma via científico-humanística, que aponta para o prosseguimento dos estudos (níveis 5, 6, 7, 8 de qualificação profissional) e a via profissionalizante (níveis 3, 4, 5, 6, 7, 8 de qualificação profissional). Ambas dão acesso ao ensino superior e ambas são igualmente relevantes.

O modelo português de EFP é considerado um bom modelo, porque integra três componentes essenciais: sociocultural (na linha do ensino geral nos cursos científico-humanísticos), uma componente científica (responsável por mais de 25% das cargas horárias), que liga a "cientificidade" de cada área às práticas profissionais necessárias em cada empresa, depois tem a formação tecnológica e prática dentro da escola e ainda a prática em contexto real nas empresas. O sistema nacional é exemplo de um verdadeiro sistema dual. Porque o modelo dual alemão é centrado essencialmente na ligação às empresas, no trabalho das empresas e na sua aprendizagem, descurando as vertentes científica e sociocultural. Por este motivo, vários especialistas nesta área são de opinião que os alemães é que deveriam copiar o sistema dual português e não o contrário.

J.S.

O EFP ENQUANTO ENSINO PROFISSIONAL INICIAL

O EFP é considerado como parte integrante do ensino inicial, em que as escolas financiadas e geridas pelo Estado são o principal local de aprendizagem e os aprendentes são considerados como alunos/estudantes. A Suécia é um bom exemplo desta abordagem. É um sistema mais orientado para assegurar a progressão individual e o desenvolvimento pessoal do que propriamente fornecer mão-de-obra qualificada ao mercado de trabalho. Nalguns países as opções de ensino ministrado na escola e de formação em contexto de trabalho fazem parte de um sistema único.

O EFP ENQUANTO FORMAÇÃO CONTÍNUA

Nalguns países, o EFP é visto como formação em contexto de trabalho para pessoas de todas as faixas etárias e contemplando diferentes níveis de educação (incluindo os níveis mais baixos), sendo essa formação ministrada por um vasto leque de entidades de formação contínua e ensino superior. A Irlanda é um bom exemplo desta abordagem, cujo objetivo é formar trabalhadores semiqualeificados e qualificados ou profissionais. Este tipo de EFP inclui programas para desempregados ou programas de segunda oportunidade. Garantir o acesso ao mercado de trabalho prevalece sobre a identidade profissional. Aqui predomina a perspectiva dos empregadores, sendo o EFP encarado como um meio para

fornecer trabalhadores qualificados e promover a inovação e o crescimento económico.

O EFP ENQUANTO (PARTE DA) APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

O EFP é visto como um meio onde coexistem diferentes abordagens, locais de aprendizagem, tipos de entidades formadoras (escolas, empresas, ensino superior) e tipos de instrutores (professores, formadores, mestres). A Finlândia é um bom exemplo deste tipo de abordagem, em que são contem-

plados diversos níveis de ensino e de qualificação (ensino semiqualeificado, qualificado e profissional), resultados de aprendizagem (ensino orientado para uma profissão específica, ensino orientado para áreas profissionais mais abrangentes e ensino pré-profissional) e tipos de qualificação (profissional, académica).

O EFP inclui a promoção da igualdade e da inclusão social e é um conceito unificado, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.



Última publicação do CEDEFOP, publicada este mês de março

Um EFP mais diversificado e pluralista



NOVOS CONCEITOS, NOVAS REALIDADES?

Entretanto, algumas tendências gerais começaram a surgir na Europa, que poderão alterar a forma como encaramos o EFP e a sua evolução no futuro.

Importância dada aos conhecimentos práticos:

Muitos países, especialmente os países onde o EFP em contexto escolar está amplamente disseminado, têm vindo a valorizar cada vez mais os conhecimentos práticos nos seus programas curriculares e abordagens de aprendizagem. Isto inclui a introdução de regimes de aprendizagem e/ou o alargamento destes regimes aos níveis de ensino superiores (como acontece na Alemanha, Itália e França). Ao nível da governação, isso traduz-se na atribuição de um maior papel aos empregadores e à indústria (Hungria e Inglaterra - Reino

Unido), muitas das vezes no quadro de parcerias sociais (Croácia, Lituânia e Malta) e num esforço para fomentar uma maior participação das empresas no financiamento do EFP.

Diversificação da oferta de EFP:

Muitos países alargaram a sua oferta de EFP para abranger mais grupos etários, níveis de qualificação e grupos com necessidades especiais. Em Portugal, por exemplo, foram introduzidos percursos de EFP para jovens até aos 16 anos.

Mais fácil acesso ao ensino superior:

O acesso ao ensino superior foi melhorado através da qualificação profissional nos países com uma

longa tradição de EFP, como a Dinamarca, Alemanha, França, Áustria e Inglaterra-Reino Unido. Nos últimos anos, e em muitos países, as instituições de ensino superior têm vindo a ser os maiores prestadores de EFP, contribuindo para incutir uma vertente académica no EFP.

Novos percursos de EFP para adultos:

Muitos países criaram novos percursos de EFP para adultos, incluindo a Croácia (preparação pós-académica para o emprego em universidades) e Malta (no ensino pós-obrigatório de nível secundário), ou simplesmente aumentaram a proporção de formandos adultos nos atuais programas de EFP (Estónia, Irlanda, Finlândia). Estas medidas são muitas vezes acompanhadas de orientações a favor da certificação de aprendizagens anteriores (França, Finlândia e Noruega).

Alguns países preveem um crescimento da procura na formação de reconversão profissional, como é o caso da Lituânia, onde foram já criados novos programas para adultos desempregados. A nível global, assistimos a uma tendência para utilizar o EFP como meio de combate ao desemprego, incluindo a introdução de novas opções a favor dos grupos desfavorecidos e das pessoas com deficiências.



Ligeira melhoria da paridade do prestígio do EFP:

Apesar de grandes esforços, o EFP continua a ter uma imagem menos prestigiante. Os países onde o ensino geral tem uma posição tradicionalmente dominante tentaram elevar o prestígio do EFP, ao passo que os países onde o sistema dual se encontra fortemente implementado desenvolveram medidas para travar a perda do seu prestígio (Dinamarca, Áustria). A Espanha, onde a imagem do EFP tem vindo a melhorar, é uma das poucas exceções. A Finlândia é o exemplo onde a taxa de participação no EFP registou um aumento constante ao longo dos últimos 10 anos.

A crescente importância dos resultados de aprendizagem:

Embora a maioria dos países definam e descrevam as qualificações dos seus sistemas de EFP utilizando resultados de aprendizagem, continuam a divergir no que diz respeito aos conteúdos e perfis de qualificações. Alguns países estão a reduzir o número de qualificações, uma tendência que poderá diminuir o grau de especificidade dos resultados de aprendizagem (Noruega, Inglaterra-Reino Unido). Em contrapartida, outros países aumentaram o nível de especificidade e detalhe, permitindo a coexistência e maior diversidade de programas específicos e/ou genéricos.

Estas tendências, que têm vindo a surgir nas últimas duas décadas, podem ser sintetizadas por uma



expansão e diversificação do EFP e por um reforço ou intensificação por outro. O reforço aponta para um aumento da formação em contexto de trabalho, conforme observado na Dinamarca, Alemanha ou Áustria, que muitas vezes se estende para "novos" territórios do sistema de ensino e formação, em particular o ensino superior. A diversificação aponta para a sua integração na aprendizagem ao longo da vida, conforme observado em França ou na Finlândia.

DESAFIOS FUTUROS NA COOPERAÇÃO EUROPEIA

Há pois motivos para crer que o EFP na Europa irá tornar-se mais diversificado e mais pluralista. Isso poderá ser positivo, no sentido em que estará mais direcionado e relevante, ou negativo, no sentido em que poderá gerar-se uma maior fragmentação e polarização. O Cedefop revela a existência de vários desafios para o futuro, no que diz respeito à cooperação europeia na área do EFP:

1 - A tradicional distinção entre os subsectores do ensino e formação (ensino geral, profissional e superior, assim como EFP inicial e contínuo) nem sempre é prática quando se trata de identificar e responder a novos desafios;

2 - Ao trabalhar com base numa definição demasiado restritiva de EFP os decisores políticos correm o risco de não terem conta a necessidade de desenvolver um ensino profissionalizante fora do setor do EFP tradicional, por exemplo no ensino superior. Urge reforçar o diálogo e a cooperação entre as entidades formadoras, os agentes do mercado de trabalho, os parceiros sociais e a sociedade em geral;

3 - O EFP pode exigir soluções que contemplem diversos subsectores e envolvam instituições e prestadores que atualmente trabalham individualmente.

Estas tendências (por vezes contraditórias) deverão manifestar-se de forma diferenciada nos diferentes países europeus, sendo importante verificar se irão reduzir ou acentuar as atuais diferenças ao nível europeu. Todos os decisores políticos e agentes envolvidos deverão reunir-se para discutir, no âmbito de um debate alargado, as melhores formas de cooperação e aprendizagem para garantir o futuro do EFP nas suas diversas dimensões, como sejam, a do ensino, do emprego e da sociedade. Agora mais do que nunca, o futuro do EFP é indissociável do futuro do emprego.

Com Cedefop

Pacote de inverno do Semestre Europeu analisa progressos dos Estados-Membros



A Comissão Europeia publicou, em 7 de março de 2018, a sua análise anual da situação económica e social nos Estados-Membros (EM), que inclui a os progressos na aplicação das recomendações específicas por país e uma avaliação dos possíveis desequilíbrios.

A economia europeia está em forte expansão e as perspetivas económicas favoráveis são acompanhadas de uma melhoria da situação social e do mercado de trabalho. No entanto, a recuperação não tem beneficiado todos da mesma maneira e as fragilidades estruturais estão a dificultar o crescimento e a convergência em alguns EM.

Os 27 relatórios por país publicados hoje (para todos os Estados-Membros com exceção da Grécia, sujeita a um programa específico

de apoio à estabilidade) apresentam a análise anual efetuada pelos serviços da Comissão sobre a situação económica e social, no quadro do Semestre Europeu de coordenação das políticas.

Pela primeira vez, os relatórios por país dão especial destaque à avaliação da situação económica e social no contexto do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, proclamado em novembro de 2017. Este Pacote de inverno do Semestre Europeu 2018 surge no seguimento da publicação, em novembro, da Análise Anual do Crescimento

de 2018 e da recomendação sobre a política económica da área do euro, que estabeleceu as prioridades europeias para o próximo ano. Foca-se agora na dimensão nacional do Semestre Europeu e dá aos Estados-Membros uma base para desenvolverem os seus programas nacionais anuais até meados de abril. Juntamente com os relatórios por país, os programas nacionais constituirão a base para as propostas da Comissão para a próxima série de recomendações específicas por país, no próximo mês de maio.

A Comissão Europeia salienta os progressos realizados pela Bulgária, França, Portugal e Eslovénia, sublinhando que todos os governos se devem esforçar mais para combater a desigualdade, o desemprego e a precariedade laboral.

A Comissão também adotou em 7 de março deste ano o programa de trabalho de 2018 para o Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE), que prestará apoio aos EM para executar as reformas, especialmente aquelas consideradas prioritárias nas recomendações específicas por país. Em 2018, serão apoiados mais de 140 projetos em 24 Estados-Membros.



FNE SUBLINHA PREOCUPAÇÕES AO CSEE

Em novembro de 2017, a Comissão lançou apreciações aprofundadas em relação a 12 EM, concluindo o seguinte:

1 - Chipre, Croácia e Itália registam desequilíbrios económicos excessivos.

2 - Bulgária, França, Alemanha, Irlanda, Países Baixos, **Portugal**, Espanha e Suécia registam desequilíbrios económicos. Para a Bulgária, França e Portugal trata-se de uma inversão da escalada de desequilíbrios excessivos do último ano.

3 - A Eslovénia já não está a ser afetada por desequilíbrios económicos.

Em relação à Bulgária e a Portugal, a Comissão sublinha que continua a ser necessário envidar mais esforços para se alcançar uma correção sustentável dos desequilíbrios.

A próxima etapa para os EM será a apresentação das suas prioridades de política económica e social nos seus programas nacionais de reformas e nos programas de estabilidade e/ou de convergência (definindo prioridades orçamentais) até meados de abril. Por seu lado, a Comissão irá propor, em maio, um novo conjunto de recomendações específicas por país.

O pacote de inverno do Semestre Europeu faz parte do ciclo anual de coordenação das políticas económicas a nível da UE, o chamado Semestre Europeu. Neste âmbito, a FNE deu o seu parecer ao Relatório relativo a Portugal 2018,

enviado pelo governo português à Comissão Europeia, no respeitante à Educação e Formação, sublinhando os maiores problemas e desafios do sistema educativo nacional. A FNE realçou o aumento do abandono escolar precoce em 2016 (que atingiu os 14%, com a meta para 2020 a ser de 10%), o comprometimento da meta para 2020 de 40% no ensino superior (foi de 34,6 % em 2016), a intensidade de I&D de apenas 1,27% (contra a meta 2020 de 3 %), o elevado índice de retenção verificado nas nossas escolas ou o sistema de financiamento das escolas profissionais.

A FNE mostrou-se muitíssimo preocupada com o excesso de trabalho dos professores, a falta de condições dignas de trabalho e de desenvolvimento profissional da carreira, com o excessivo centralismo da tutela, com os desafios do digital, com as preocupações dos parceiros sociais quanto à



flexibilidade curricular e transferência para os municípios, com a falta de resultados no que se refere às justas reivindicações dos não docentes e com os resultados dos processos negociais em curso.

De referir que pela primeira vez, desde que a FNE se comprometeu com o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) para o acompanhamento de todos os assuntos relacionados com o Semestre Europeu, em 24 de outubro de 2014, houve uma reunião sobre este tema entre a nossa federação e a representante da Comissão Europeia em Lisboa, em 30 de novembro de 2017, no Instituto Jean Monnet, na capital portuguesa.



As políticas de Educação e Formação estão no centro das preocupações do Semestre Europeu

Igualdade e Complementaridade



Carlos Varandas Nunes
Vice-Presidente do STAAEZC

Por natureza somos **Homem** ou **Mulher**, seres pessoais dotados de inteligência, afetividade e vontade livre e, por esse motivo, temos necessidades espirituais, físicas e materiais, conseqüentemente, o direito a poder concretizá-las. Homem ou mulher somos iguais por sermos pessoas, por participarmos da mesma natureza humana, por termos unidade de corpo e espírito. Somos diferentes quanto ao corpo, à psicologia, à maneira de olharmos a realidade. A diferença está nuns 3% pois, todas as células do nosso corpo são células sexuadas XX ou XY que, potenciadas pela endocrinologia, influenciam toda a nossa personalidade.

O primeiro passo para uma melhor compreensão e interiorização do conceito de Igualdade de Género consiste desde logo em efetuar uma distinção entre Sexo e Géne-

ro. Assim sendo: Sexo corresponde às diferenças Biológicas e Fisiológicas entre homens e mulheres e **Género** é uma **construção cultural** das características masculinas e femininas.

O **conceito de Sexo** pertence ao domínio da biologia e traduz o conjunto de características biológicas e fisiológicas que distinguem os homens e as mulheres. Por oposição, o **conceito de Género** é um conceito social que remete para as diferenças existentes entre homens e mulheres, diferenças essas não de carácter biológico, mas resultantes do processo de socialização. O **conceito de género** descreve assim o conjunto de qualidades e de comportamentos que as sociedades esperam dos homens e das mulheres, formando a sua identidade social.

A promoção da igualdade entre mulheres e homens constitui atualmente, por força da Constituição, uma das tarefas fundamentais do Estado Português e, nos termos do Tratado que institui a Comunidade Europeia, uma das missões da União Europeia.

A Igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e uma condição de justiça social, sendo igualmente um requisito necessário e fundamental para a igualdade, o desenvolvi-

mento e a paz. A Igualdade de Género exige que, numa sociedade, **homens e mulheres** gozem das mesmas oportunidades, rendimentos, direitos e obrigações em todas as áreas. Devem beneficiar das mesmas condições: quer no acesso à educação, nas oportunidades no trabalho e na carreira profissional, no acesso à saúde e no acesso ao poder e influência.

Nascemos homem ou mulher e, cada um de nós, deve esforçar-se por desenvolver as capacidades que recebeu ao nascer. Estas diferenças tornam-nos naturalmente complementares, chamados a relacionarmo-nos, a contribuir, com as respetivas especificidades, para um mais rico Bem Comum.

Homem ou mulher não são as duas metades de uma laranja que se completam. São, isso sim, duas pessoas inteiras que só lucram em unir esforços com vista a serem mais e melhores pessoas, a contribuir com respeito mútuo e reciprocidade para uma sociedade mais humana, mais livre, mais criativa, inovadora e solidária.

Durante demasiado tempo se agiu como se o Homem fosse superior à Mulher e esta lhe estivesse subordinada.

Pensou-se também que haveria virtudes masculinas e femininas. A realidade não é esta. Todos estamos chamados a viver todas as virtudes que fazem, de cada um de nós, mais e melhor pessoa tendo presente que o homem e a mulher têm um modo específico de viver e fazer o mesmo.

FUNCIONÁRIOS
ESCOLA
TAMBÉM EDUCAM



FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Do mesmo modo a complementaridade não se esgota na repartição de papéis. A maior parte das tarefas são intercambiadas e bom é que estejamos atentos a esta realidade procurando tornar possível que, salvaguardando a diferente especificidade masculina ou feminina para algumas situações, o ponto de vista masculino ou feminino possa ser ponderado em cada programação de tarefas.

A Família é a primeira de todas as sociedades e, por isso, bom modelo das restantes. Ela é a sociedade natural onde se nasce, se cresce e se morre como pessoa (Villadrich).

Numa família, cada um, apesar dos pesares, é tratado como pessoa, pelo que é, não pelo que tem ou produz. Por este motivo a Família é reconhecida como um Bem valioso a defender pela grande maioria de cidadãos e governantes. Uma Paternidade ou Maternidade Responsável não se esgota na geração e educação dos filhos.

A Cidadania Ativa é uma terceira vertente, tão importante como as restantes, e que consiste em defender e implementar medidas que tornem possível o aumento da natalidade, invertendo o atual “inverno demográfico”, e uma sociedade mais humana em que seja possível, cada vez mais, a presença ativa do pai na família e da mãe na sociedade.

Este objetivo exige uma mudança profunda de mentalidade de todos os intervenientes. Cada vez mais se vai falando de empresas familiares ou socialmente responsáveis. A relação humana não é um confronto para adquirir ou reforçar direitos individuais. Ela exige

um diálogo construtivo, lúcido e sereno. A relação familiar, social ou empresarial nada beneficia com o confronto exacerbado entre os seus membros.

Ouvi há alguns anos a narração de uma greve no Japão. Os trabalhadores fizeram greve com 100% de adesão. Alcançado o reconhecimento das suas reivindicações demoraram à empresa, em trabalho gratuito, o número de horas que tinha demorado a greve. O que lhes interessava era serem escutados; não infligir danos à empresa que lhes dava o ganha-pão. A ganância do poder sempre foi má conselheira.

A Justiça consiste em dar a cada um aquilo que lhe é devido. O estabelecimento de quotas obrigatórias de participação da mulher nas várias facetas da vida profissional deixa sempre o gosto amargo a

uma imposição legal que pouco tem a ver com o mérito pessoal das escolhidas.

Não tenho dúvidas nenhuma que o Futuro da Humanidade passa por homens e mulheres se olharem nos olhos com lealdade, não como rivais mas como construtores de um futuro comum. Ideologia? Utopia? Vale a pena experimentar! Com lucidez e otimismo.

Otimismo que é a virtude que nos leva a potenciar o que está bem, a melhorar o que é possível, sem se deixar abater pelas dificuldades e a encarar com desportivismo o que não é possível alterar.

Carlos Varandas Nunes
Vice-Presidente do STAAEZC



Conselho adota Quadro Europeu para a Qualidade e Eficácia da Aprendizagem

O Conselho da União Europeia adotou em 15 de março de 2018 uma recomendação relativa a um quadro para a qualidade e a eficácia da aprendizagem, que ajudará os jovens a entrarem no mundo do trabalho. A recomendação incentiva o desenvolvimento de uma força de trabalho altamente competente e qualificada que dê resposta às necessidades do mercado laboral. Com a aplicação de critérios comuns para a qualidade e a eficácia da aprendizagem, os Estados-Membros ficarão mais aptos a desenvolver e promover os seus programas nacionais de aprendizagem.

É muito positivo o facto de o Conselho ter conseguido alcançar, num curto período, um entendimento comum sobre os critérios de qualidade e eficácia a utilizar para manter e desenvolver os programas nacionais de aprendizagem.

É um passo na boa direcção para continuar a apoiar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, bem como a progressão na carreira e a transição para o emprego dos adultos. A aprendizagem é um elemento essencial dos sistemas de ensino

e formação profissional, que é benéfica tanto para os empregadores como para os aprendentes. A aprendizagem reforça a ligação entre o mundo do trabalho e o mundo da educação e formação.

Para além de proporcionar uma via para a excelência, a aprendizagem de qualidade pode também ajudar a incentivar a cidadania ativa e a inclusão social através da integração de pessoas de diferentes origens sociais no mercado de trabalho. A recomendação prevê diferentes critérios relativos às condições de formação e de trabalho, incluindo os seguintes:

- **Deverá ser celebrado um acordo escrito que defina os direitos e obrigações do aprendiz, do empregador e, se for caso disso, do estabelecimento de ensino e formação profissional, no âmbito de um quadro regulamentar claro e coerente;**
- **Os resultados deverão ser claros e conduzir a qualificações reconhecidas;**
- **Os aprendizes deverão ser remunerados ou compensados de outra forma;**

• **Os aprendizes deverão ter direito à proteção social;**

• **Antes e durante a aprendizagem, deverá ser disponibilizada orientação profissional, mentoria e apoio aos aprendentes a fim de assegurar resultados positivos;**

• **Deverá ser prestado apoio pedagógico aos professores, formadores e mentores, em especial nas micro, pequenas e médias empresas.**

COMISSÃO ADOTA PROPOSTA EM 5 DE OUTUBRO DE 2017

A Comissão Europeia adotou em 5 de outubro de 2017 a proposta de um Quadro Europeu para a Qualidade e a Eficácia da Aprendizagem, cujos cursos combinam uma formação em escola e outra em contexto laboral. Esta iniciativa, que assumiu a forma de uma recomendação do Conselho, faz parte da Nova Agenda de Competências para a Europa, lançada em junho de 2016.

A proposta está associada ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que consagra o direito a uma educação inclusiva e de qualidade, à formação e à aprendizagem ao longo da vida. Com base nos resultados de uma ampla consulta, em que a FNE participou, a recomendação identifica 14 critérios que os Estados-Membros (EM) e as partes interessadas devem utilizar para desenvolver programas de aprendizagem eficazes e de qualidade.



22 de junho de 2015, em Riga: entrada da FNE na Aliança Europeia das Aprendizagens

SETE CRITÉRIOS

Para avaliar a qualidade e a eficácia de um programa de aprendizagem, o quadro proposto define sete critérios relativos à aprendizagem e às condições de trabalho:

(1) Um Contrato escrito; (2) Resultados de aprendizagem; (3) Apoio pedagógico; (4) Componente em contexto laboral; (5) Salário e/ou compensação; (6) Proteção social; (7) Condições de trabalho, saúde e segurança.

O quadro propõe igualmente sete critérios relativos a condições de ordem geral, a saber: (8) um Quadro regulamentar; (9) **Participação dos parceiros sociais**; (10) Apoio por parte das empresas; (11) Percursos flexíveis e mobilidade; (12) Orientação profissional e sensibilização; (13) Transparência; e (14) Garantia de qualidade e acompanhamento dos percursos dos licenciados.

A Comissão atribui financiamento da União para apoiar o cumprimento destes critérios. Por si só, o Fundo Social Europeu canaliza até 27 mil milhões de euros para ações no domínio da educação e da formação, havendo ainda a assinalar o apoio da União Europeia (UE) a programas de aprendizagem por meio de vários outros instrumentos.



A Aliança Europeia das Aprendizagens (EafA), de que a FNE faz parte desde 2015, mobilizou até agora mais de 750 mil lugares para os jovens. Ao abrigo da Garantia para a Juventude, foram disponibilizadas 390 000 aprendizagens, uma vez que esta é uma das quatro medidas que são propostas aos jovens após quatro meses em situação de desemprego. O Erasmus+ favorece a mobilidade dos aprendizes, nomeadamente através da nova iniciativa ErasmusPro, destinada a apoiar 50 mil colocações de alunos IP/17/3585 do ensino profissional em empresas no estrangeiro no período 2018-2020.

À medida que os esforços envidados para expandir a oferta de aprendizagens começarem a dar

frutos é fundamental conhecer os critérios que contribuirão para o seu êxito. É esta a razão de ser do novo Quadro Europeu.

A CES saudou a proposta final referente ao Quadro Europeu para a Qualidade e a Eficácia da Aprendizagem. O impacto nos EM do Quadro Europeu para a Qualidade e a Eficácia da Aprendizagem depende de cada sistema nacional.

O Quadro beneficiará todos os EM da UE e, em particular, os que possuem menos elementos de qualidade.

Um estudo sobre esta iniciativa indica que 14 países têm menos de 50% dos critérios em vigor (Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Portugal e Roménia), 6 países têm entre 50% e dois terços dos critérios em vigor (República Tcheca, Malta, Países Baixos, Eslováquia, Espanha e Suécia) e 8 países têm mais de dois terços dos critérios em vigor (Áustria, Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Eslovénia e Reino Unido).

CRITÉRIOS RELATIVOS ÀS CONDIÇÕES GERAIS

PARTICIPAÇÃO DOS PARCEIROS SOCIAIS

9. Os parceiros sociais, também a nível setorial, devem participar na conceção, na gestão e na execução dos programas de aprendizagem, em conformidade com os sistemas nacionais de relações laborais e as práticas de ensino e formação. (pág. 15)

ANTECEDENTES

A proposta de um Quadro Europeu para a Qualidade e a Eficácia da Aprendizagem faz parte da Nova Agenda de Competências para a Europa e uma das prioridades é fazer com que mais pessoas encarem o ensino e a formação profissionais como uma verdadeira primeira escolha. É colocado um acento especial na adesão por parte das PME, que em muitos países se revelou um fator essencial de sucesso. O quadro europeu enquadra-se no contexto político da Declaração de Roma de 25 de março de 2017, na qual os líderes europeus se comprometeram a traba-

lhar para uma União “onde os jovens tenham acesso à melhor educação e formação e possam estudar e encontrar trabalho em todo o continente».

Em junho de 2016, os parceiros sociais europeus propuseram a adoção de um parecer sobre o tema dos cursos de aprendizagem, como um desenvolvimento dos seus projetos "Um Quadro Europeu de Qualidade para os Cursos de Aprendizagem" (por parte da CES) e "Relação Custo-Eficácia dos Sistemas de Aprendizagem" (BUSINESSEUROPE) e da subsequente “Declaração Conjunta” de 30 de maio de 2016.

Em 2 de dezembro de 2016, o tripartido Comité Consultivo para a Formação Profissional (CCFP) adotou, por unanimidade, um Parecer sobre uma Visão Partilhada da Qualidade e da Eficácia das Aprendizagens e da Aprendizagem em Contexto de Trabalho. O parecer representou um apelo importante dos governos, dos sindicatos (CES) e das organizações de empregadores (BUSINESSEUROPE) dos Estados-Membros (EM) da União Europeia (EU) e dos países parceiros para reforçarem os esforços para aumentar a qualidade e a eficácia das aprendizagens e da aprendizagem em contexto de trabalho.



A contribuição dos parceiros sociais europeus (da esquerda para a direita: BusinessEurope, CEEP e Confederação Europeia dos Sindicatos - CES), foi muito importante para a adoção deste novo quadro europeu

500 milhões de crianças fora dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os últimos dados da UNICEF mostram que mais de 500 milhões de crianças vivem em países onde os 44 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para 2030 estão rapidamente a tornar-se inatingíveis. Uma avaliação antecipada confirma ainda uma alarmante falta de dados em 64 países, bem como um progresso insuficiente em 37, onde os dados podem ser monitorizados.

O relatório da UNICEF “Progresso para as crianças na Era dos ODS” é o primeiro a avaliar o desempenho para atingir as metas globais para crianças e jovens.

O relatório alerta que 520 milhões de crianças vivem em países que carecem completamente de dados em pelo menos dois terços dos indicadores dos ODS relacionados com as crianças, ou que não possuem dados suficientes para avaliar o seu progresso - tornando essas crianças efetivamente "incontáveis".

Nos países com dados disponíveis, a escala do desafio lançado pelos objetivos dos ODS continua a ser assustadora. O relatório alerta que 650 milhões de crianças vivem onde pelo menos dois terços desses objetivos estão fora do alcance se não existir um progresso acelerado. Na verdade, o número de crianças a enfrentar dificuldades poderá ser ainda maior até 2030 do que é agora. O relatório acompanha o progresso em cinco dimensões dos direitos das crianças: Sobreviver e Prosperar,

Aprendizagem, Proteção contra a Violência e Exploração, um Ambiente Seguro e Igualdade de Oportunidades. O relatório quantifica a que distância o mundo ficará dos ODS, medida em custos humanos.

As projeções mostram que até 2030 mais 10 milhões de crianças poderão morrer de causas evitáveis antes dos cinco anos de idade; mais 31 milhões de crianças sofrerão falta de nutrição adequada; mais 22 milhões de crianças poderão perder o ensino pré-primário; mais 150 milhões de raparigas casarão antes dos 18 anos de idade; e mais 670 milhões de pessoas, muitas delas crianças, ainda não terão acesso a água potável básica.

“As crianças de todo o mundo contam connosco - e nós nem sequer as conseguimos contar”, afirmou Laurence Chandy, Diretora da UNICEF.

Embora cada governo seja responsável por gerar os dados que orientarão e medirão o alcance dos ODS, a comunidade internacional tem a obrigação de se associar a eles para garantir que são alcançados.

VIH E LITERACIA DOS JOVENS: DESAFIOS EM PORTUGAL

De acordo com a UNICEF, novas infeções por VIH em crianças e adolescentes e as taxas de literacia em leitura e matemática são os indicadores nos ODS em que Portugal mais tem que trabalhar. Na ficha

anexa ao relatório referente ao nosso país há indicadores sem informação disponível, outros com informação insuficiente e outros em que já atingimos os objetivos para 2030, como a saúde e sobrevivência ou o ambiente.

Portugal tem apenas quatro indicadores em que precisa rapidamente de medidas para atingir as metas: o número de novas infeções por VIH entre adolescentes (um indicador para rapazes e outro para raparigas) e a percentagem de jovens que no final do ensino básico (9.º ano de escolaridade) atingem níveis mínimos de literacia em leitura e matemática. No que diz respeito às novas infeções por VIH, e ainda que não sejam disponibilizados valores, o relatório indica que a meta para 2030, no que diz respeito a crianças com menos de cinco anos, já foi atingida. Nos indicadores de literacia, as percentagens para leitura estavam em 2015 – último ano com dados disponíveis – nos 83% para leitura e em 76% para matemática.



FNE na reunião do Comité Executivo do Comité Sindical Europeu da Educação

Nos dias 19 e 20 de março, realizou-se em Bruxelas a reunião do Comité Executivo do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), onde a FNE representa os sindicatos da educação portugueses. O CSEE representa todo o pessoal docente e não docente de todos os setores e níveis de ensino, em toda a área europeia e nos países da antiga URSS. Representa ainda os interesses dos professores de todo o mundo, pois é uma das regiões (Europa) da Internacional da Educação (IE).

Da agenda de trabalho constavam vários assuntos que afetam o setor da educação e que constituem os grandes desafios para o Ensino. No âmbito das questões de funcionamento interno, deu-se conhecimento das várias atividades desenvolvidas e a desenvolver por alguns departamentos, nomeadamente o Comité para a Igualdade, o Comité das Mulheres, o Comité Consultivo e o Comité do Ensino Superior. Foram também decididas ações e posições políticas do

CSEE relativamente à União Europeia: Relatório da Presidência Búlgara, Diálogo Social Europeu, Posição do CSEE relativamente à Estratégia pós 2020 e posição do CSEE relativamente ao Plano Digital da União Europeia pós 2020.

Foram debatidos assuntos relacionados com a presente situação europeia: migrações, projetos e ação relacionados com o Diálogo Social Europeu (ESSDE), Pilar Europeu dos Direitos Sociais, Projetos de Acordo de Comércio Internacional (TISA, TTIP e acordos bilaterais) e ações desenvolvidas pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES). Aprovaram-se um conjunto de resoluções que irão pautar a ação sindical do CSEE nos próximos anos: Resolução sobre o Futuro da Europa e o Papel dos Sindicatos; Definição das prioridades a serem desenvolvidas no Plano de Ação para a Igualdade, Diversidade e Inclusão; Posição sobre a estratégia Pós 2020 e posição sobre o novo Plano de ação Digital para a Educação 2020.

Foi agendada para os dias 27 e 28 de novembro a conferência intermédia do CSEE. A reunião será em Atenas e contará com a presença de uma delegação de todas as organizações filiadas. Uma das questões amplamente debatidas foi a questão do Brexit, agora renomeada como “Parceria Futura entre o Reino Unido e a UE”. Segundo informações recentes ficaram asseguradas cinco questões que consideramos fundamentais (1) os direitos de trabalho serão respeitados; (2) haverá manutenção das condições de trabalho para os novos migrantes que entrem no mercado de trabalho no Reino Unido; (3) não serão feitas alterações ao processo de integração de imigrantes e a procedimentos nas fronteiras; (4) serão estabelecidos um conjunto de acordos de transição; (5) serão discutidos temas de cooperação com a UE.

A FNE esteve representada nesta reunião por Alexandre Dias, membro advogado do Secretariado Nacional.



David Edwards apresenta estratégia da IE



Na sua apresentação oficial ao Comité Executivo do CSEE, David Edwards, novo Secretário-Geral da IE até ao próximo Congresso, elencou um conjunto de prioridades e ações que considera fundamentais para que o movimento sindical de professores continue a crescer e a afirmar-se junto dos professores e das instituições.

Afirmou que o momento atual exige uma ação forte e concertada, pois a educação encontra-se num momento crítico do seu desenvolvimento e há realidades que exigem a nossa ação agora. A complexidade da nossa profissão cresce a cada dia e corremos o risco de perder o apoio e o empenho dos nossos associados. Quando pensamos em liderança numa época de “fake news” (notícias falsas) e factos alternativos temos de ter uma metodologia bem definida:

Analisar - precisamos de coordenar as nossas análises baseadas no trabalho dos sindicatos. Analisar o que significa o acesso à informação ou a ausência da mesma.

Contextualizar - o que significa a informação para os nossos associados? Como podemos ter uma visão abrangente e estruturada da realidade social que não seja condicionada pelos media?

Definir uma Estratégia - escolher o que queremos fazer e planificar a nossa ação. Os nossos recursos são escassos e temos de estabelecer prioridades de ação.

Comunicar - explicar de forma clara e efetiva o que fazemos, porquê, quem representamos e como juntamos as nossas ideias.

Mobilizar - temos de trazer a análise e a estratégia e fazer com que as pessoas se juntem ao nosso projeto de forma ativa e empenhada.

Há cinco desafios fundamentais para os próximos anos.

1 - Contrariar os mercados e a crença no mercado livre. A privatização da educação está aí e a nossa resposta tem de ser global;

2 - Desmascarar organizações e negócios obscuros na educação: estão atribuídos por vários governos 300 triliões de dólares na formação de professores, testes, análises, manuais escolares e investigação.

Há empresas como a PEARSON e o seu “affordable learning found”; a “Bridge International”, empresa de Bill Gates, o Banco Mundial, entre outras, que pretendem remover ou baixar os salários dos pro-

fessores e dos sistemas educativos transformando os professores ou substituindo-os por técnicos de conteúdos. A luta contra a desprofissionalização da nossa carreira vai ser muito dura;

3 - Os nacionalismos estão em crescimento e os políticos populistas aproveitam os excluídos e os insatisfeitos com a democracia para crescerem e poderem governar;

4 - Precariedade - a criação de contratos precários afeta todos os setores da educação e as relações de trabalho tendem a ser cada vez mais frágeis, especialmente nas universidades, mas também no sistema público e privado;

5 - Digitalização- questões relativas à digitalização, aos conteúdos técnicos, à capacidade de influenciar a sociedade, aos direitos de autor, à proteção de dados, entre outros, afetarão drasticamente a vida dos professores.

Face a estes desafios, temos de estar solidários e unidos, dado que a única forma que realmente temos é a nossa união e a capacidade de trabalharmos em conjunto pela defesa da escola e da nossa profissão.





www.fne.pt



**SÓ QUEREMOS
O QUE É NOSSO!**





FESTA DOS TRABALHADORES

FIGUEIRÓ DOS VINHOS Jardim Municipal

- 12h00** Abertura da exposição "Era uma vez o 1.º de Maio" - FNE
- 14h00 - 14h30** Filarmónica Figueiroense
- 14h15** Desfile do 1.º de Maio
Mercado municipal até jardim municipal, com todos os sindicatos filiados e outros convidados.
- 14h30 - 15h00** Orquestra Consequência
- 15h30** Intervenções Politico-Sindiciais
Jorge Abreu, Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos
Jack Oliveira, Presidente do LIUNA 183 - Toronto (Canadá)
Joel Filipe - Presidente do CCWU - Toronto (Canadá)
Lucinda Dâmaso, Presidente da UGT
Carlos Silva, Secretário Geral da UGT
- 16h00** Toy
- 17h30 - 17h50** Rancho Folclórico de Silvares
- 17h50 - 18h10** Atuação Musical - Escola Profissional Associação Agostinho Roseta
- 18h10 - 18h30** Concertinas da Lousã
- 18h30 - 19h00** Alegres de Castanheira de Pera



18h00

Arraial Beirão

Petiscos (oferecido pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos)

Durante o evento decorrerão espetáculos de animação de rua com os Gaiteiros e Caretos de Ousilhão, Bombos e a Fanfarrã dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos.



REGULAMENTO DO CONCURSO

Tema: 1º maio - Dia do Trabalhador

Objetivos

- Compreender o dia 1º de maio como o Dia do Trabalhador;
- Desenvolver o conhecimento sobre o 1º de maio;
- Reconhecer a solidariedade como um valor fundamental da sociedade atual;
- Contribuir para o desenvolvimento do trabalho em grupo.

Modalidades de Concursos e Condições de Participação

O concurso encontra-se aberto a todos os alunos distribuídos pelos seguintes escalões:

1º escalão - Educação para a Infância (Pintura e Colagem)

2º escalão - 1º Ciclo do Ensino Básico (Pintura)

3º escalão - 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico (Pintura)

4º escalão - Ensino Secundário (Pintura)

Os trabalhos do 1º escalão (Educação para a Infância) serão unicamente de pintura ou colagem e coletivos (turma ou jardim de infância).

Os trabalhos do 2º escalão (1º Ciclo do Ensino Básico), serão coletivos (turma ou escola) enquanto os do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e os do Ensino Secundário deverão ser de carácter individual.

Cada concorrente, turma ou jardim de infância/escola só pode concorrer com um trabalho.

Os trabalhos poderão utilizar qualquer tipo de suporte, não devendo ultrapassar o tamanho A3.

Em cada trabalho deverá constar no verso:

- O nome do autor (individual / autores (coletivo));
- Escalão em que concorre(em)
- Nome, morada e telefone (ou endereço de correio eletrónico) do estabelecimento de ensino.

» *A falta de qualquer destes elementos é motivo de exclusão do concurso.*

Prazos

O prazo de entrega dos trabalhos termina no dia 24 de abril de 2018.

Entrega de Trabalhos

Os trabalhos podem ser entregues diretamente ou enviados por correio para as instalações dos sindicatos da FNE, promotores do concurso.

ERA UMA VEZ... O 1º DE MAIO

Júri do concurso

O júri será constituído pelos seguintes elementos:

- Um(a) Representante da FNE
- Um(a) Representante da AFJET
- Um(a) Educador(a) de Infância
- Um(a) Professor(a) do 1º Ciclo do Ensino Básico
- Um(a) Professor(a) de Educação Visual

Divulgação dos Trabalhos Premiados

No dia 27 de abril de 2018 será divulgada a listagem dos trabalhos premiados, em cada modalidade, através das páginas de internet e de facebook da FNE.

Exposição dos Trabalhos

Os trabalhos premiados serão expostos no local onde a UGT - União Geral de Trabalhadores e a FNE - Federação Nacional da Educação, levam a efeito a comemoração do Dia do Trabalhador, no dia 1 de maio de 2018.

Posteriormente os trabalhos premiados serão divulgados nas páginas de internet e facebook da FNE.

Sessão de Entrega de Prémios

Os prémios serão entregues no local das comemorações, no dia 1 de maio de 2018.

Prémios

Terão direito a prémio os três melhores classificados em cada escalão.

Os alunos/turma e os estabelecimentos de ensino terão direito a Diploma de Participação.

Os prémios a atribuir, em cada escalão, serão os seguintes:

1º Prémio - Tablet

2º Prémio - Máquina fotográfica digital

3º Prémio - Livros / Jogos didáticos

Disposições Finais

Os trabalhos ficam pertença da entidade organizadora.



Vê o filme do 1º de maio
em tv.fne.pt

1º M A I O

2018

FESTA DOS TRABALHADORES

COESÃO
RIEDADE
EMPREGO DIGNO
SOcial
CONCERTAÇÃO
FORTALECER O INTERIOR
SALÁRIO MÍNIMO
AUMENTOS SALARIAIS
MAIS E MELHOR EUROPA
PENSÕES DIGNAS
MAIS JUSTIÇA
MAIS DIÁLOGO SOCIAL



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES
FIGUEIRO DOS VINHOS

UGT
PORTUGAL



FICHA TÉCNICA
março 2018

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato

Democrático dos Professores do Sul * Sindicato Democrático dos Professores dos Açores * Sindicato Democrático dos Professores da Madeira * Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusitadas * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro * Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

responsável administrativo e financeiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques

